

EDITORIAL Nº 30: DIREITOS HUMANOS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) visitou o Brasil para fins de elaborar um diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos no país. O período de avaliação, que durou dos dias 05 a 12 de novembro de 2018, resultou em um extenso relatório apresentado em fevereiro de 2021. Segundo as conclusões do documento, o Brasil enfrenta desafios estruturais para superar aspectos relacionados à discriminação histórica com pessoas afrodescendentes, quilombolas, mulheres, povos indígenas, trabalhadores rurais, moradores de rua e moradores de favelas ou periferias.

A partir disso, destaca-se a importância da atuação da Defensoria Pública, instituição que possui como missão a promoção e a defesa dos direitos humanos, bem como a necessidade de seu fortalecimento dentro do sistema de justiça, como forma de redução das desigualdades a partir do acesso integral e gratuito à justiça das pessoas mais vulneráveis.

Nesse contexto, a equipe editorial da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul está muito feliz com a edição de número 30, que alberga vários artigos de grande pertinência para o direito e que apontam, direta ou indiretamente, para temas relacionados aos direitos humanos. Dentre os nove artigos aprovados, seis deles apresentam reflexões que tangenciam ou mergulham nessa linha, a fim de contribuir para o avanço da conquista e do respeito dos direitos das pessoas mais vulneráveis, como forma de atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Pensar contextualmente e de forma crítica as conclusões da Corte Interamericana de Direitos Humanos visando a apresentar a atuação da Corte dentro da geopolítica da região é a proposta de um dos artigos que diretamente se ocupa do documento de 2021. Outro artigo, por sua vez, aborda a violência do Estado brasileiro em face dos povos indígenas como dinâmica e prática política, demonstrando que estas culminam na destruição dos povos indígenas e desembocam em uma forma de determinar as vidas que merecem ser vividas e as vidas que “não merecem”. Já a belíssima abordagem do tema da banalidade do mal no encarceramento feminino brasileiro é trazida pelos autores sob a ótica de Hannah Arendt, filósofa que estudou a fundo a violência e a redução do conceito do mal. Ainda, no campo da execução da

pena, encontramos um manuscrito que defende o respeito à dignidade da pessoa humana no curso do processo de execução da pena de privação de liberdade, destacando a degradação do sistema carcerário brasileiro. Há também artigos sobre deficiência, direito à educação, creches através de um modelo de execuções estruturais como contraponto ao modelo de ações coletivas.

Outros temas do direito também estão bem representados em artigos que trabalham a discussão acerca da natureza jurídica das restritas hipóteses de cabimento do recurso de agravo de instrumento; a atual problemática das relações de trabalho a partir das mutações nos modelos organizacionais de empresas e as consequentes modificações que implicam nos respectivos contratos laborais; bem como um manuscrito que defende a tese de que o monitoramento eletrônico é uma ferramenta que, quando trabalhada em conjunto com outras, promoverá de forma mais satisfatória a reinserção do apenado na sociedade.

Além disso, esta edição marca o término de um período de dois anos da gestão 2020/2022, sob a coordenação do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – CECADep. Neste período, toda a equipe do CECADep e a equipe editorial da Revista trabalhou arduamente para a reformulação da coluna dorsal do periódico. Fazendo-se uma retrospectiva, podemos afirmar muito satisfatoriamente que chegamos a lugares que não imaginávamos neste curto espaço de tempo. Foram tempos de muito aprendizado sobre cientificidade, critérios indexadores e dinâmica de funcionamento interno da construção de cada edição. Entregamos, enfim, a edição número 30 com a certeza de que contribuimos de forma enriquecedora para os fóruns de debates científicos e para o aparelhamento técnico dos profissionais que atuam nessas frentes.

Nem sempre foi fácil, aliás, não o é até hoje. Esta edição especificamente foi muito, muito trabalhosa e não seria possível sem a gentil colaboração de um grande número de pareceristas que asseguraram o rigor científico e a qualidade do nosso periódico. Assim, agradecemos a cada um(a) que doou seu tempo, seus conhecimentos e dedicadamente nos brindou com pareceres muito bem fundamentados, o que nos permitiu decidir consistentemente e com segurança sobre a publicação de cada manuscrito. Nem todos sabem, mas fazer uma edição de revista, com cerca de 9 ou 10 artigos aprovados, envolve o trabalho de, no mínimo, cinquenta

peçoas, sem contar os(as) autores(as). Ao publicarmos cada nova edição com um elenco de artigos como esses que apresentamos hoje, resta a gratidão pelas contribuições e a satisfação de que fizemos o melhor que pudemos sempre.

Um afetuoso abraço a todos(as) e boa leitura.

Samara Wilhelm Heerdt – Coordenadora do CECADep 2020-2022

Lizana Dallazen – Editora-chefe.